

# **ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA AIKIKAI DE PORTUGAL**

**“AKP”**

## **REGULAMENTO TÉCNICO**

### **CAPÍTULO I**

#### **Definições e estrutura**

##### **Artigo 1º**

###### **Principais definições**

1. A AKP – AIKIKAI de PORTUGAL é reconhecida pela AIKIKAI FOUNDATION / Hombu Dôjo de Tóquio / Zaidan Hojin Aikikai, para o ensino, instrução e disseminação do Aikido-Aikikai, segundo os princípios fiéis ao Criador “O Sensei” Morihei Ueshiba.
2. AIKIDO: é o que foi criado pelo seu Fundador, "O Sensei" Morihei Ueshiba. É uma arte marcial de origem Japonesa que utiliza a esquivas e o controlo como método para harmonizar a energia do oponente em benefício de quem executa a técnica de AIKIDO. O termo "AIKIDO" forma-se a partir da composição de três ideogramas: AI - significa Harmonia; KI - Energia; DO - Método, ou Via.
3. Técnico de Aikido – é todo o titular com a graduação mínima de 1º Dan.
4. Agente de Ensino – é todo o titular detentor de qualquer dos títulos referidos no artº 5º deste regulamento.
5. Responsável Técnico – é todo o técnico que lecciona e tem sob sua responsabilidade um ou mais dōjos.
6. Director Técnico Nacional (DTN) – é o técnico mais graduado da Associação que dirige os assuntos técnicos em geral, aconselhando a Direcção em tal matéria.
7. Técnico Superior (TS) – são os titulares de graduação igual ou superior a 5º Dan.
8. Dôjo – Local de prática de Aikido.
9. Aikikai Foundation – É o centro mundial do Aikido, fundado pelo seu criador Morihei Ueshiba e Casa-Mãe do Aikido.
10. Hombu – O mesmo que Aikikai Foundation, Casa-Mãe do Aikido.
11. FUKUSHIDOIN – Instrutor de Aikido reconhecido pelo Hombu.
12. SHIDOIN – Instrutor principal de Aikido, reconhecido pelo Hombu.
13. SHIHAN – Grande Mestre.

##### **Artigo 2º**

###### **Estrutura Técnica**

A estrutura técnica da AKP é exercida sob a tutela DTN, e é composta pelos seguintes agentes desportivos:

- a) Director Técnico Nacional;
- b) Responsáveis Técnicos dos Dōjos;
- c) Agentes de Ensino; e
- d) Técnicos.

##### **Artigo 3º**

###### **Objecto**

A AKP tem como objecto os expressos nos seus estatutos.

## **CAPÍTULO II DOS AGENTES DE ENSINO**

### **Secção I Autonomia, Categorias e Requisitos dos Agentes de Ensino**

#### **Artigo 4º Autonomia dos Agentes de Ensino**

Autonomia:

- a) Os Agentes de Ensino, titulares de graduação de Dan, mediante garantia de autonomia e liberdade dada pela AKP, podem conferir graduações até duas abaixo da sua, nos termos do presente regulamento;
- b) Os Agentes de Ensino podem inscrever-se directamente na AKP;
- c) Os Agentes de Ensino que integram a AKP regem-se pelo presente regulamento e respectivo programa técnico em vigor;
- d) Os Agentes de Ensino podem ainda fazer parte da AKP, inscrevendo-se em um Dôjo da AKP; e
- e) Os Agentes de Ensino podem inscrever directamente os seus alunos na AKP.

#### **Artigo 5º Categorias**

AKP considera as categorias de Agentes de Ensino constantes na lei vigente, prevendo ainda um último nível de Mestre, o qual terá a graduação mínima de 6º Dan, com reconhecimento mundial.

#### **Artigo 6º Requisitos para Agente de Ensino**

Todos os candidatos às categorias de Agentes de Ensino serão propostos pelos respectivos Responsáveis Técnicos, devendo ainda o candidato cumprir os requisitos exigidos pela Tutela em cada um dos níveis previstos na lei, bem como nas federações onde se integrem.

### **Secção II Competências e deveres dos agentes de ensino**

#### **Artigo 7º Monitores**

São competências dos Monitores:

- a) Poder coadjuvar, quando incumbidos para tal, os instrutores e professores;
- b) Poder ainda, em casos excepcionais, dar aulas de AIKIDO sob a tutela de um agente de ensino de título superior ao de monitor, que será o seu Responsável Técnico, bem como do respectivo Dôjo; a Direcção designa o RT ouvido o DTN;
- c) Poder propor e requerer ao seu Responsável Técnico ou ao CT, graduações para os seus alunos em virtude de as não poderem conferir, caso tenha a graduação de 1º Kyu;
- d) Poder conferir graduações, quando tenham a graduação mínima de 1º Dan.

#### **Artigo 8º Instrutores**

São competências dos Instrutores:

- a) Poder conferir graduações;
- b) Poder dar aulas de AIKIDO, bem como ser responsáveis técnicos pelos Dôjos onde leccionam;
- c) Poder integrar comissões ou júris, ambos de carácter técnico, desde que titulares da graduação mínima de 4º Dan, e sem prejuízo da alínea a) do artigo 4º;
- d) Poder orientar acções técnicas, desde que sejam titulares de graduação igual ou superior a 4º Dan; e
- e) Poder ainda ser orientadores dos Monitores.

## **Artigo 9º**

### **Professores e Mestres**

Além das competências referidas no artigo 7º podem ainda:

- a) Informar da actividade dos agentes de ensino de grau inferior;
- b) Orientar acções técnicas;
- c) Integrar comissões ou júris de carácter técnico;
- d) Ser responsáveis técnicos regionais ou nacionais; e
- e) Ser orientadores dos agentes de ensino de categoria inferior.

## **Artigo 10º**

### **Deveres dos Agentes de Ensino**

Para além dos deveres vertidos nos estatutos cabe, em especial, aos Agentes de Ensino e/ou Responsáveis Técnicos e seus assessores:

- a) Cumprir as disposições tomadas pelos órgãos associativos, coadjuvando-os no exercício das funções inerentes aos cargos para que foram designados;
- b) Informar por escrito com 15 dias de antecedência, a Direcção e o Director Técnico Nacional de todas as acções técnicas que entenderem levar a cabo, não devendo estas colidir com as do Calendário Técnico da AKP.
- c) Propor à Direcção da AKP a adesão dos novos centros em relação aos quais assumem a responsabilidade técnica;
- d) Manter actualizados os mapas de presenças dos seus alunos com a respectiva carga horária, e enviá-los à AKP na primeira semana do mês subsequente;
- e) Informar e expor em local visível do Dôjo o Calendário Técnico da AKP, promovendo a participação dos seus alunos naquelas acções;
- f) Seguir escrupulosamente o Preçário e Programa Técnico da AKP, a fim de que todos os candidatos a exame beneficiem de igualdade de circunstâncias;
- g) Examinar graciosamente com absoluta isenção os seus próprios alunos até ao limite estabelecido na alínea a) do artigo 4º deste Regulamento, propor ao CT as candidaturas que excedam esse nível, devendo submeter as graduações para homologação no prazo máximo de 30 dias após o exame;
- h) Propor candidatos a agentes de ensino;
- i) Actualizar os seus conhecimentos técnicos e pedagógicos através das acções que a AKP promove, sem prejuízo de outras que julguem de interesse;
- j) Permitir a livre entrada dos membros da AKP nos seus Dôjos, sempre que estes estejam mandatados para tal; e
- k) Manter a AKP ao corrente da sua actividade, prestando toda a informação que esta solicite.

## **CAPÍTULO III**

### **DAS GRADUAÇÕES**

## **Artigo 11º**

### **Tipos de Graduações**

A AKP atribui as suas próprias graduações: AIKIKAI Nacional, sendo as formas de promoção as que têm como conteúdo o referido no programa técnico vigente do Hombu, adotado pela AKP.

## **Secção I**

### **Das Graduações**

## **Artigo 12º**

### **Graduações Nacionais**

As graduações da AKP são exclusivamente nacionais, e como tal, são todas aquelas que têm âmbito, valor, homologação e reconhecimento nacional.

### **Artigo 13º**

#### **Atribuição das Graduações**

1º) Sem prejuízo da alínea a) do artº 4º, as graduações Nacionais são atribuídas só pelos Técnicos da AKP nos seguintes termos:

Nas graduações de KYU:

- a) Pelos Responsáveis Técnicos dos Dôjos onde os candidatos estão inscritos;
- b) Pelos Técnicos onde os candidatos estão inscritos, por delegação do respectivo Responsável Técnico;

Nas graduações de DAN:

- c) Pelo Conselho Técnico (CT), que nomeará um júri para o efeito;
- d) Pelo DTN e CT, excecionalmente, quando requerido o exame diretamente pelo candidato, desde que se verifique que estão preenchidos todos os requisitos necessários para o efeito; e
- e) Os candidatos a DAN deverão ter frequentado no seio da AKP, o dobro dos estágios ao nº do Dan a que se candidatam.

2º) As graduações nacionais atribuídas pelo CT, ou por um júri, seguem os trâmites seguintes:

- a) O pedido de exame será endossado por escrito com 30 dias de antecedência ao Director Técnico Nacional, contendo em anexo a ficha pessoal em impresso da AKP com todos os elementos do candidato;
- b) Nos 15 dias subsequentes à recepção do pedido, ao CT informará da data hora e local da realização do exame;
- c) O DTN nomeará um júri;
- d) O Júri é presidido pelo técnico mais graduado;
- e) O membro mais graduado do Júri deverá cumprir a alínea a) do artº 4º;
- f) O número de membros deverá ser sempre ímpar;
- g) O Responsável Técnico do examinando deverá integrar o Júri, salvo recusa ou impedimento devidamente comprovado do mesmo;
- h) Todos os membros do Júri deverão possuir graduação superior às que os examinandos se candidatam.

3º) Podem ainda em casos com carácter excepcional:

- a) Mediante a apresentação de diplomas reconhecidos pela AKP;
- b) Mediante a apresentação de um documento de graduação devidamente autenticado pelo técnico que a confere, equivalendo a uma proposta de graduação que a AKP, concordando, regista e/ou confirma;
- c) Mediante parecer técnico conjugado com o tempo de prática do candidato; e
- d) A AKP pode ainda reconhecer graduações de outras Associações e Federações, nacionais ou estrangeiras.

### **Artigo 14º**

#### **Averbamento das graduações nacionais**

As graduações nacionais são averbadas de acordo com o Preçário em vigor nos documentos seguintes:

- a) As de Kyu, são assinadas pelo Técnico que as confere e homologadas pelo CT, no Cartão de Graduações ou na Caderneta de Registos do examinando e têm ainda direito à emissão de diploma nacional, quando solicitado.
- b) As de Dan, são assinadas pelo Técnico que as confere e homologadas pelo CT, na Caderneta de Registos do examinando sendo obrigatória a emissão de diploma nacional; no caso de terem sido atribuídas por um Júri, mantêm-se o mesmo procedimento.

### **Artigo 15º**

#### **Diploma Nacional**

Toda a graduação DAN Nacional, de âmbito e reconhecimento Nacional, obriga à emissão do diploma correspondente e a registo do mesmo. O diploma deverá ser assinado pelo Presidente da Direcção da AKP, ou por Delegação deste pelo DTN, após a Caderneta de Registos ter sido assinada pelo técnico que conferiu e/ou pelo que homologou a graduação.

**Artigo 16º**  
**Caderneta de Registos**

É obrigatória a emissão da Caderneta de Registos a todos os titulares da graduação de Dan. As graduações de Dan Nacional são, obrigatoriamente, averbadas na Caderneta de Registos dos Dan's nacionais e não obrigam à emissão de quaisquer documentos Internacionais.

**Secção II**  
**Das Graduações Internacionais**

**Artigo 17º**  
**Graduações Internacionais**

As graduações de Kyu e Dan Aikikai Internacional são todas aquelas que têm âmbito, valor, e reconhecimento Internacional, e que tenham diploma emitido pelo Hombu tendo o mesmo valor no seio da AKP; são conferidas pelos técnicos nacionais da AKP residentes permanentemente em Portugal, que estejam devidamente inscritos na AKP e sejam reconhecidos pela Aikikai Foundation para exercer tal competência.

**Artigo 18º**  
**Oficialização do reconhecimento**

As graduações referidas no artigo anterior, só serão oficialmente reconhecidas depois de pagas, registadas e homologadas pela AKP nos documentos já referidos.

**Artigo 19º**  
**Graduações por mérito ou honorabilidade**

Poderão ser atribuídas Graduações por Mérito ou Honorabilidade em situações de excepção como morte súbita; doença incurável; incapacidade parcial ou total de prática, que implique sempre que o praticante terminou a sua vida activa normal na prática do Aikido, tendo ficado inapto fisicamente e impossibilitado de desempenho em exame para quaisquer graduações. A estas situações de excepção acresce um perfil dedicado, honesto e reconhecido enquanto praticante activo.

Esta distinção pode ser proposta pela Direcção, pelo DTN ou em conjunto mas terá de ter o acordo explícito de ambos. A sua validação será em sede de Assembleia-Geral e terá âmbito nacional.

**Artigo 20º**  
**Títulos Internacionais**

Existem três tipos de instrutores supra AKP que são os mencionados no Regulamento Internacional do Hombu / Aikikai Foundation que são:

- a) FUKUSHIDOIN;
- b) SHIDOIN; e
- c) SHIHAN.

**Artigo 21º**  
**FUKUSHIDOIN**

São os titulares de graduação mínima de 2º Dan Aikikai, com diploma emitido pela Aikikai Foundation, que se encontrem a lecionar no seio da AKP sob a orientação de um Shidoín ou de um Shihan e que mereçam tal distinção.

**Artigo 22º**  
**SHIDOIN**

São os titulares de graduação mínima de 4º Dan Aikikai, com diploma emitido pela Aikikai Foundation, que se encontrem a lecionar no seio da AKP sob a orientação de um Shihan e que mereçam tal distinção.

**Artigo 23º**  
**SHIHAN**

São os titulares de graduação mínima de 6º Dan Aikikai há mais de seis anos, com diploma emitido pela Aikikai Foundation, que sejam excelentes na prática e na instrução, e se encontrem a lecionar no seio da AKP sob a orientação directa do Hombu.

#### **Artigo 24º**

##### **Obtenção dos títulos de FUKUSHIDOIN e SHIDOIN**

Estes títulos são obtidos da seguinte forma:

- a) São propostos pelo SHIHAN da AKP ao Hombu, tendo em conta o seu empenhamento na prática e instrução sendo atualizados no final de cada época; e
- b) Cumpridos todos os requisitos, serão registados no Hombu na qualidade, emitindo a AKP o certificado do título alcançado, que será assinado pelo SHIHAN da AKP no uso das competências que lhe são conferidas pelo Hombu.

#### **Artigo 25º**

##### **Obtenção do título de SHIHAN**

O título de SHIHAN é atribuído exclusivamente pelo Hombu. A AKP recomendará o Candidato com base no Regulamento do Hombu para candidatura a SHIHAN. Após a boa deliberação o Hombu emitirá o certificado.

Quando a candidatura não tenha sido aceite, o Hombu informará a AKP da sua deliberação, tendo o Candidato de aguardar mais dois anos para nova candidatura.

#### **Artigo 26º**

##### **Perda dos títulos**

Os títulos de FUKUSHIDOIN, SHIDOIN e SHIHAN, registados e/ou conferidos pelo Hombu, são automaticamente anulados pelo Hombu se o seu titular abandonar a AIKIKAI ou a AKP, se tiver tido comportamento impróprio para o título que ostenta, nomeadamente, no desempenho dos seus deveres de Agente de Ensino, o não cumprimento dos estatutos, do Regulamento do Hombu, do Regulamento Técnico, do Programa Técnico, do seguro desportivo, do Manual de Procedimentos Administrativos e se não proceder graciosamente aos exames dos seus alunos.

### **CAPÍTULO IV**

#### **DO CONSELHO TÉCNICO**

##### **Composição, funcionamento, competências, Deveres e incompatibilidades**

#### **Artigo 27º**

##### **Composição e nomeação**

1. O Conselho Técnico, (CT), é composto de 3 (três) ou 5 (cinco) elementos, todos cintos negros;
2. Os membros do CT são escolhidos entre as mais altas graduações existentes no seio da AKP que aceitem e assegurem o regular funcionamento do mesmo; e
3. O número de membros será fixado pela Direção e designados por esta, sob proposta do DTN.

#### **Artigo 28º**

##### **Funcionamento do CT**

O Conselho Técnico tem o seguinte funcionamento:

- a) Funcionar com autonomia total em matéria de graduações, sendo independente nas suas deliberações de todos os órgãos.
- b) Fazer constar em acta todas as graduações em que intervenha, com a respectiva identidade de cada candidato;
- c) Registrar todas as graduações elaborando o respectivo processo;
- d) Emitir, sem excepção, o diploma correspondente à graduação atribuída;
- e) Facultar, a possibilidade dos candidatos requererem exame, ou novo exame, por escrito, directamente à CT, alegando fundamentos;
- f) Reunir cada vez em que intervier no âmbito das suas competências; e
- g) Fazer constar todas as suas deliberações em livro próprio e delibera por maioria simples de votos.



## **Artigo 29º**

### **Competências do CT**

São competências do Conselho Técnico:

- a) Atribuir graduações no seio da Associação para as quais for competente;
- b) Manter colaboração com a Direcção, informando-a das suas actividades;
- c) Elaborar o calendário anual de exames, remetendo-o à Direcção para aprovação orçamental;
- d) Propor à Direcção o que julgar conveniente e necessário;
- e) Resolver os assuntos relacionados com graduações dentro das suas competências devendo todos os membros dar cumprimento à alínea a) do artº 4º deste regulamento;
- f) Autenticar documentos de graduações, que propôs ou reconhece; e
- g) Indicar e aconselhar os candidatos a exame das ações organizadas pela AKP de especial interesse para a progressão técnica dos mesmos.

## **Artigo 30º**

### **Deveres dos membros do CT**

São deveres dos membros do CT:

- a) Pugnar pelo cumprimento dos estatutos e demais regulamentação da AKP;
- b) Desempenhar com empenho as funções para que foram designados;
- c) Mencionar na primeira reunião qualquer infracção ao presente Regulamento, bem como aos Estatutos de que tenha conhecimento; e
- d) Lavrar no livro de actas a infracção do CT constante na alínea anterior, extraindo-se cópia da mesma, para informação à Direcção da AKP.

## **Artigo 31º**

### **Incompatibilidades**

É vedado aos membros do CT enquanto estiverem oficialmente a exercer funções:

- a) Acumular com qualquer cargo no órgão da Direcção da AKP, e em outros idênticos em demais organizações de AIKIDO, designadamente em Associações ou Federações;
- b) Organizar e/ou participar em quaisquer acções técnicas, prática normal de aulas e reuniões de AIKIDO com ou sem treino, fora do âmbito da AKP, sem dar conhecimento à Direcção da AKP e/ou ao CT da AKP;
- c) Propor na primeira reunião do CT, em caso de algum dos seus membros julgar conveniente ou ter conhecimento das actividades constantes na alínea b) deste artigo, cabendo ao CT, a análise de uma eventual participação;
- d) Exceptuar do referido na alínea b) do presente artigo, todos os casos em que o CT da AKP julgue conveniente a participação dos seus membros e tenha obtido autorização superior da Direcção; e
- e) Endossar o pedido, por escrito, ao Presidente da Direcção, para os fins constantes da alínea b) deste artº, devendo este informar o DTN pela mesma forma nos oito dias úteis subsequentes; o DTN emitirá o seu parecer, remetendo-o à origem em igual prazo. Após a recepção o Presidente informará o solicitante em tempo.

## **CAPÍTULO V**

### **DO DIRECTOR TÉCNICO NACIONAL**

## **Artigo 32º**

### **Competências**

1. Compete ao Director Técnico Nacional – DTN e SHIHAN, o exercício de funções de natureza técnica para as quais haja sido incumbido pela Direcção e/ou pelo Hombu.
2. Compete-lhe especialmente:
  - a) Coadjuvar a Direcção e coordenar o CT;
  - b) Suspender preventivamente de qualquer Agente de Ensino de graduar que incumpra com o artigo 10º deste regulamento;
  - c) Representar a Associação nas questões de natureza técnica;
  - d) Emitir pareceres sobre matérias da sua competência;
  - e) Convocar o CT quando o julgue conveniente;
  - f) Elaborar ou modificar o programa técnico;
  - g) Elaborar e propor à Direcção, para orçamento, o calendário técnico anual;

- h) Nomear quem o substitua na sua ausência;
- i) Verificar o nível técnico dos candidatos a exames de Dan que excederem o nível dos membros da CT;
- j) Presidir ao júri nos exames de Kyu/Dan Aikikai; e
- k) Propor à Direcção, para orçamento, os Técnicos Superiores estrangeiros, eventualmente a contratar.

### **Artigo 33º**

#### **Requisitos**

1. O DTN faz parte integrante da Direcção.
2. O cargo de DTN só poderá ser exercido pelo técnico que cumulativamente preencher dois dos seguintes requisitos e tenha aceite integrar a Direcção:
  - a) Reconhecimento internacional mais relevante;
  - b) Graduação mais elevada;
  - c) Curriculum Vitae em Aikido, mais relevante; e
  - d) Maior número de anos de prática.

## **CAPÍTULO VI**

### **IDADES MÍNIMAS NOS DAN'S E CARGAS HORÁRIAS**

#### **Artigo 34º**

##### **Idades mínimas para Dans**

São exigidas as idades abaixo indicadas para as seguintes graduações:

- a) Para a obtenção de 1º Dan, a idade mínima é de 15 anos;
- b) Para a obtenção de 4º Dan, a idade mínima é de 22 anos;
- c) Para a obtenção de 6º Dan, a idade mínima é de 33 anos.

#### **Artigo 35º**

##### **Assiduidade**

Entende-se como prática assídua, todo o treino que não sofra interrupção, por um período superior a três meses, e que tenha anualmente uma carga horária média de 8 horas mensais.

## **CAPÍTULO VI**

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

#### **Artigo 36º**

##### **Uso do hakama**

O uso de "hakama", de cor negra, é permitido aos praticantes com a graduação mínima de 1º Kyu, desde que haja um empenhamento do graduado na continuidade do estudo do AIKIDO.

#### **Artigo 37º**

##### **Vestuário para a prática**

O vestuário permitido, obrigatório e utilizado na prática do AIKIDO, é um "dogi" de cor branca, composto de um casaco sem botões e aberto, calça larga com joelheiras, cinto de tecido grosso e resistente, e um par de chinelos "zoris" para utilização entre o Dôjo e os vestiários.

#### **Artigo 38º**

##### **Kamiza**

No lugar de honra dos dôjos, o "Kamiza", a única imagem permitida é a do Fundador do AIKIDO "O Sensei" Morihei Ueshiba.

#### **Artigo 39º**

##### **Objectos e outros interditos**

Não é permitido aos praticantes, durante a prática do AIKIDO, unhas compridas, objectos metálicos ou de adorno, que possam causar ferimentos ao próprio, bem como aos outros praticantes.

\*\*\*\*\*

*Aprovado em 25 Agosto de 2016.*